



# ABRENZE



Vozeiro de Primeira Linha

www.primeiralinha.org

Ano X • Nº 38 • Segunda jeira • Outubro, Novembro e Dezembro de 2005

## Frente ao continuismo Independência e Socialismo



### Editorial

Neste número de outono as análises do editorial do *Abrente* som coincidentes na adjectivação que consideramos mais rigorosa para definir duas situações aparentemente diferentes, embora mantenham idêntico fio condutor. Referimo-nos ao actual regime vigente no Estado espanhol, mas também aos primeiros cem dias da acção do governo autonómico galego.

A actual monarquia espanhola representada na figura de Juan Carlos de Bourbon exprime com meridiana clareza o continuismo do autoritarismo franquista que durante quarenta anos impujo o terror, opressão e exploração da vitória militar sobre a democracia burguesa republicana. Os estreitos limites democráticos do actual Reino de Espanha som inerentes a esse continuismo que 30 anos após a morte de Franco logrou perpetuar os mecanismos de exploração do bloco de classes dominantes. A opressão nacional da Galiza e outras nações sob a dominação espanhola, a exploração das classes trabalhadoras, e a específica discriminação das mulheres como mais de metade da força de trabalho social, som os três principais esteios deste regime.

Nom podemos negar que a alternância de partidos que caracteriza desde 1977 o sistema jurídico-político pactuado entre os sectores mais possibilistas do franquismo, a esquerda reformista espanhola e as burguesias basca e catalá, goza de evidente vitalidade que permite umha grande estabilidade.

Deste jeito, qualquer análise centrada na "decisiva importância" de apoiar criticamente posições "progressistas" frente às ameaças "conservadoras",

sobrevalorizando os efeitos de etapas de maior abertura sobre as involucionistas, carece de qualquer valor mais alá do pírrico carácter epidérmico da natureza supostamente transformadora de quem as promove.

Esta lógica alternância nom determina o carácter mais ou menos democrático do regime, é basicamente fruto das necessidades conjunturais a nível interno, -mas também das pressões externas do imperialismo-, da fracção burguesa que nesse momento hegemoniza a gestom do Estado por meio de um dos dous grandes partidos do regime: PSOE e PP. Nom nos enganemos, meras estruturas de poder e dominação praticamente idênticas no cerne: intransigente defesa do centralismo jacobino, do modo de produção capitalista e do sistema patriarcal. Ou empregando termos mais populares: *PSOE-PP, a mesma merda é*. Obviamente as suas bases eleitorais som sociologicamente distintas, porém as suas elites compartilham praticamente os mesmos privilégios de casta política corrupta.

Qualquer projecto sociopolítico autodefinido de esquerda, cujo programa nom questione a monarquia borbónica e denuncie o carácter antidemocrático do actual regime, nom passa de ser umha farsa. Aquí está a linha divisória entre as posições genuinamente de esquerda e as que tam só adoptam umha roupagem mais ou menos esquerdista, mas que só com arranhur um pouco na sua superfície rapidamente se chega à conclusom de que é umha pantomima. Nom falamos exclusivamente de questons ideológicas, mas sim de política concreta. Quem continue a negar o direito da classe trabalhadora galega, basca ou catalá, a deci-

### Sumário

**3** Abrindo espaços de libertação no ensino  
Iago Barros

**4-5** A reivindicação das selecções galegas no programa de defesa dos direitos nacionais  
Maurício Castro

**5-6** Devastação do Katrina: catástrofe natural ou responsabilidade do sistema capitalista?  
Carlos Morais

**7** Partido dos Trabalhadores: ensinamentos da crise  
Alder Júlio Ferreira Calado

**8** Recuperando a memória da Galiza rebelde e combativa

presas políticas galegas  
**LIBERDADE**  
presos políticos galegos



dir o seu destino, ou seja, a exercitar o direito de autodeterminação, empregando o mesmo discurso da burguesia, nom se pode qualificar como esquerda. Ser de esquerda hoje, aqui, neste país, na Galiza, significa, -além de combater o neoliberalismo com um programa e intervenção socialista-, defender e promover em todos os âmbitos a autodeterminação. E, portanto, questionar a imposta unidade de Espanha que tam só favorece e interessa objectivamente à burguesia, que pretende por todos os meios perpetuar a unidade de mercado, de acumulação e expansom de capital, que hoje é este cárcere de povos chamado Estado espanhol.

E quem representa a permanência do Estado mais do que a monarquia?. A defesa da I República, galega, obviamente, -pois reclamar a III (espanhola) significa negar o carácter nacional da Galiza-, tem de ser umha das pedras angulares de qualquer alternativa de resistência e luta polos direitos das maiorias sociais. @s comunistas galeg@s assim o vimos reclamando e manifestando desde a nossa constituição em 1996.

O respeito e subordinação aos limites que o sistema permite, a política real do BNG e IU, nom a imaginária que às vezes professam alguns dos seus núcleos militantes em calculados alardes de confusonismo, constataam a sua plena integração no continuísmo franquista. Deste jeito devemos entender as propostas estatutárias do autonomismo, o patológico anti-independentismo de Quintana e Paco Rodríguez, as obsessivas mostras de adesom e submissom ao regime.

\*\*\*

Os três meses de novo Governo autonómico que substituiu Fraga na gestom das quatro províncias espanholas que conformam a Comunidade Autónoma Galega, é um período de tempo reduzido para realizar umha avaliação em profundidade do que vai ser e fazer esta Junta. Porém, tal como já manifestamos em Julho, a esquerda independentista nom depositava, nem deposita, a mais mínima expectativa sobre as possibilidades de mudança. Estes 100 primeiros dias apenas confirmáram os nossos pronósticos. A "revoluçom tranquila" de Quintana e a "mudança" de Tourinho som simples legendas vácuas, de marketing, para manter adormecido o movimento popular.

Em Agosto, na Galiza, nom tivo lugar mais do que umha habitual e lógica expressom da alternância política que caracteriza as democracias burguesas. Neste caso, realizada de forma serôdia pelas peculiaridades específicas da nossa particular estrutura de classes. Há que mudar com maior ou menor regularidade governos e



Reuniom entre a Junta, patronato e as grandes centrais sindicais

partidos, mantendo idênticas políticas, para assim fortalecer a ditadura do Capital fazendo desta ilusom um muro de contençom frente o mal-estar geral que atravessa o estado de opiniom das maiorias sociais.

A pequena burguesia liberal está entusiasmada, amplos sectores obreiros e populares seguem expectantes, mas nada se pode aguardar do bipartito mais alá de "mudanças" superficiais nas formas, estilos, e isoladas medidas antagónicas a aquelas que vinha praticando o PP.

E todo isto tem lugar numha conjuntura propícia: o PP está em plena crise de sucessom, e os movimentos sociais protagonistas das grandes luitas desenvolvidas nos primeiros anos deste século estão aguardando que as promessas se convertam em realidades.

Mas se o PSOE de Tourinho e Paco Vázquez nom estão interessados em imprimir umha nova política económica, nem em incrementar o autogo-

verno galego, o BNG de Quintana e a UPG estão entusiasmados com a nova parcela de poder que lhes concedeu o regime. Uns controlam as molas do poder, os outros som a comparsa acoplexada.

Nos vindouros quatro anos, assistiremos à domesticação definitiva daquelas estruturas de massas do autonomismo que ainda nom se recicláram completamente, mas também poderemos ver emergir a necessária ruptura de certos sectores da base social da esquerda nacionalista com a capitulação da sua direcçom.

Porém, o MLNG deve seguir com o rumo traçado, construindo força social e política. A nova esquerda independentista tem que continuar avançando sem ataduras, nem sucursalismos, participando activamente nas luitas populares com linha de massas, mas também espalhando a combatividade da resistência.

\*\*\*

As operaçoms repressivas que a Guarda Civil realizou em Junho e Novembro deste ano contra BRIGA e AMI, além de responderem à dialéctica interna de guerra surda no interior dos aparelhos do estado e do PSOE em relaçom com situaçom basca e catalana e as reformas estatutárias, procuram basicamente criar alarme social, criminalizando o conjunto da esquerda independentista, e frear o fortalecimento do nosso Movimento de Libertação Nacional.

As operaçoms *Cacharón* e *Castiñeira* fracassáram nos seus objectivos imediatos de descabeçar as organizaçoms juvenis independentistas, embora continuem avante os objectivos de declará-las associaçoms ilícitas.

Embora a esquerda independentista na actualidade continue a ser um movimento carente de apoio popular, os estrategias da contrainsurgência espanhola som conscientes das imensas potencialidades que tem o MLNG. Trata-se pois de gorar a consolidaçom

organizativa, de evitar a acumulaçom geracional, de isolá-la socialmente mediante a intoxicaçom e linchamento mediático, para impedir que podamos ser um dos motores das grandes luitas sociais dos vindouros anos.

Sempre mantivemos que a repressom jurídico-policial, e a manipulaçom mediática, som fiéis companheiros de viagem dum processo revolucionário, mas também sempre defendemos que, perante qualquer processo repressivo, cumpre dar umha resposta massiva e unitária, suprapartidária. O conjunto da esquerda autodeterminista e os sectores realmente democráticos da esquerda nacionalista devemos denunciar o carácter repressivo do regime e todas aquelas atitudes condescendentes com a repressom.

Primeira Linha manifesta mais umha vez a solidariedade d@s comunistas galeg@s com @s últimos dez independentistas detid@s pola Guarda Civil, e solicita a liberdade de Ugio e Giana, pres@s polític@s galeg@s.

## PUBLICIDADE

Libreria  
**SISARGAS**  
Rúa Curros Enríquez, 9  
15002 A CORUÑA  
TEL. e FAX 981.200082

  
Cervantes, 5 baixo VIGO

**lume libreria**  
Fernando Maciás, 3  
15004 - A Coruña  
[www.lumelibros.com](http://www.lumelibros.com)  
Tel.: 981 263 408  
Fax: 981 264 803

**neves**  
asesoría  
Francisco Xosé Neves Alvarez  
Graduado Social  
R/ Morales Hidalgo, 16  
36860 Ponte Areas  
Teléfono: 986 644 059

  
**TARASCA**  
Entremuros, 13  
Compostela • Galiza

**CASA DAS CRECHAS**  
Baiuca  
Via Sacra, 3  
15704 Compostela

• Casa de Xantar •  
**16**  
o dezaseis  
Rúa de San Pedro 16  
Tfns.: 981 361 880 - 981 577 633  
15703 Compostela

**Henriqueta Outeiro**  
centro social  
Quiroga Palácios, 42 (rés-do-chao)  
15703 Compostela-Galiza • Teléfono: 981 563 286  
cshenriquetaoutero@nosgaliza.org

local social  
**baiuca vermelha**  
Ponte Areas • Galiza  
Rua Redondela nº 11 rés-do-chao  
[baiucavermelha@nosgaliza.org](mailto:baiucavermelha@nosgaliza.org)

libreria  
**couceiro**  
Santiago - A Coruña

**Rúa Nova**  
**n**  
CAFETERIA  
RESTAURANTE  
Tel.: 981 566 980  
Tel./Fax: 981 571 373  
Rúa Nova, 36 • Santiago

**BIERZO CEIVE**  
LA GATERA  
Pda 30LCK - PONFERRADA

**COPISTERIA T44**  
Fotocopias • Papelería  
Encuadernacións • Planos  
Fax • Carteis • Tarxetas  
Tesis • Tesiñas  
Impresión dixital e laser  
R/ San Roque 31 B. T-Fax: 981 566 896  
R./ Republica Argentina 44 B. T-Fax: 981 592 626  
SANTIAGO

**Pizzeria Trattoria Bon Gust**  
Galerías 7º Arte  
Ponte Areas  
Tel.: 986 640 699

Num contexto histórico como o contemporâneo, pouco propício ao sucesso de experiências revolucionárias comandadas pela mocidade, a esquerda independentista galega advirte orgulhosa a progressiva consolidação dumha corrente estudantil dentro do seu espectro global de acção política.

Embora nom isentos de manifestações de rebeldia protagonizadas por@s mais nov@s, caso das revoltas nos bairros periféricos das cidades francesas em semanas passadas, certo é que as dinâmicas do capital projectam exitosamente grande parte do seu alienante poder mercantilista nas camadas etárias mais baixas, logrando que apenas momentos de especial conflituosidade e desesperança tornem idóneos para a encenação da força com que pode, sabe e deve erger-se a juventude.

Acho acertado portanto afirmar com objectividade que, atravessando umha jeira de singular estonteamento associativo, cuja afectação na mocidade poderia agoirar um difícil porvir à aposta pola rebelião organizada, @s estudantes do nosso país estamos a edificar a olhos de tod@s um projecto caracterizado pola congruência nos parâmetros nacionais e sociais que solidificam a alternativa do independentismo na Galiza. Estamos a dar exemplo da superação das adversidades ambientais para pôr em andamento um projecto nada ortodoxo nem neutral no próprio contorno, salvando a pessimista idiosincrasia deste como hándicap incapacitante para o nosso programa revolucionário. Estamos, enfim, dando-nos ao prazer de criar confusom a respeito da conveniência de nom tolerarmos as cousas tal e como elas venhem dadas.

Em Novembro deste ano 2005, AGIR rememorava na sua quinta Assembleia Nacional os cinco anos de trabalho cumpridos dous meses antes. A constância na dedicação à superação do quadro jurídico-político imposto polo capitalismo espanhol, que condena a nossa pátria ao padecimento dum sistema de ensino impróprio, tornou a cita numha tomada de consciência a respeito do plausível labor que a nossa militância desenvolveu para fazer real a chegada a esta meta simbólica dos cinco anos de existência com a plena confiança e compromisso na perseverância combativa que certifica a tangível vitalidade do nosso projecto. As luitas do passado ficam asseguradas como umha carga experimental de inquestionável valor, e o pulo de que gozamos no presente constitui um sinal de verdadeiro optimismo no que se refere à capacidade de conjugarmos o potencial emancipador desde diferentes sectores da sociedade galega, o estudantil incluído. O legado dumha "primeira geração" militante que acabou de abandonar a nave por óbvias questões de política organizativa, arrastados directamente a umha nova jeira em que esperamos albisar o assentamento de AGIR, dentro do imaginário do nosso Movimento, como o buque insignia do estudantado galego.

### A consecução dum espaço próprio

Sendo este lustro um período de brevidade indiscutível, cumpre assinalar que é apenas o tempo transcorrido desde que a vaga incontestavelmente mais conseqüente de entre as que conformam o ermo panorama associativo estudantil galego inspirou a força expansiva da unidade, fundando esta entidade, AGIR, que com passo bem acaído até o dia de hoje deu chegada. Assim sendo, gabamo-nos dum atractivo que fijo com que a nossa referencialidade entre a comunidade educativa fosse possível, este é, o facto de

# Abrindo espaços de libertação no ensino



aglutinar unitariamente abaixo do aríete das nossas siglas a dissidência real com o modelo de ensino ofertado.

Esta dissidência que presumimos resulta tanto mais factível num mundo juvenil onde a eferescência política, se surgir, fai-no adoptando fórmulas com frequência revestidas dumha heterodoxia alegadamente enraizada na ingenuidade e a inexperiência, facilmente afluente, graças ao achegamento prático das contradições sistémicas bem perceptíveis nos conflitos educativos, numha enriquecedora e consciente vigorosidade revolucionária em progressivo madurecimento.

Para além do dito, cumpre contrastar a nossa originária personalidade organizativa sublinhando a distinção que nos arreda do proceder subsidiário doutras entidades, agentes no mesmo campo que a nossa, cuja dependência funcional a projectos de maior envergadura subsumem o exercício das suas potencialidades num teatro de protagonismo oportunista e teledirigido.

Nom som portanto cinco anos de independentismo estudantil aquilo de que nos parabenizamos, senom cinco anos em que este se soubo manifestar unitariamente com a suficiente segurança, laboriosidade e efectividade como para nom ter cessado no empenho de sermos nós, o estudantado galego, quem nos responsabilizamos a partir da consequência revolucionária por darmos passos que visem o ensino galego público de qualidade, concebido sem tutelas das dinâmicas capitalistas ou dos interesses do colonialismo espanhol.

Os logros atingidos no transcurso desta andaina nom podem ser ocultados polas eivas e pejas que necessariamente dificultam a luita por um outro e melhor ensino. Como exemplo do nosso importante avanço, olhemos brevemente atrás: quando AGIR botou a andar, fijo-o partindo dumha concentração absoluta da sua representatividade na Universidade de Santiago de Compostela. Se bem é este, por razons óbvias, um núcleo de enorme relevância organizativa para qualquer colectivo estudantil galego que se precie, a aproximação de novas áreas geográficas e graus de ensino inferiores ou paralelos ao universitário nom é menos do que imprescindível para articular seriamente um projecto que entende o ensino galego na sua amplitude como hábitat natural. Nom somos umha organização universitária, mas estudantil, e na constatação da nossa influência em todo o tipo de escolas,

liceus e facultades do Norte e Sul do País é que radica a confiança posta no confronto ideado com a totalidade da vasta estrutura que sustenta o prédio do ensino espanhol na Galiza. Só é assim que hoje podemos erigir-nos com voz própria em artífices dumha resposta organizada às problemáticas gerais e estruturais, e/ou circunstanciais e específicas, do sistema educativo, estabelecendo através da prática em diferentes frentes umha evidência da aptitude das nossas ferramentas organizativas para darmos saída às necessidades d@s moç@s estudantes.

Em cinco anos, enfim, conseguimos espalhar a nossa presença a bastantes comarcas do País, nalgumhas das quais jamais antes se constituíram assembleias abertas com frutífero dinamismo de coordenadas independentistas.

Veja-se nesta realidade mais um atractivo que singulariza positivamente o projecto estudantil da esquerda independentista: somos o berço em que muit@s jovens adquirem o seu primeiro contacto com a teoria e a prática do nacionalismo galego, permitindo aliás que esta introdução se realize lá onde outras entidades do MLNG nom encontram um nicho onde reproduzir-se. AGIR acha entom nas aulas um território permeável onde insuflar os ventos da rebeldia estudantil possibilitando desta forma a expansão do nosso Movimento, tarefa correlativa à primordial, para nós, de criarmos um ambiente proclive à luita do estudantado, e para a qual contribuímos com a ineludível dedicação de focar-nos sobre indivíduos que desconhecem o compromisso associativo devido à sua temperá idade.

Somos, em muitos casos e em definitivo, o petisco independentista que muit@s acedérom e acederám a encetar.

Retomando o tema da referencialidade conquistada, lavrada com o esforço de fazermos um espaço originado num reduzidíssimo quadro geográfico, devemos apreciar nesta altura os seus resultados, no tocante ao contraste da nossa emergência com a decadência exagerada que arrastam sem horizonte de solução marcas decanas e fortemente subsidiadas da "profissom" do sindicalismo estudantil. A significação da queda e prostração na Galiza de colectivos satélites de organizações maiores, caso dos CAF ou o Sindicato de Estudantes, entronca com a má saúde do associacionismo juvenil mencionada nas primeiras linhas. Doença

aniquiladora esta de que, se bem nom somos indiferentes, torna se cabe mais palpável o independentismo estudantil, na medida em que AGIR transita este trecho com tanta afouteza como solidez, dissipando as dúvidas acerca da resistência e capacidade de agüentar do independentismo num mundo, o do associacionismo estudantil, fortemente sobmetido a umha vacilação impingida por elementos exógenos, de mais diversa índole, e endógenos, relacionados à flutuação militante.

Havendo portanto certa compreensão contextual à perda da influência doutras organizações, o mérito pola nossa parte nom tem sido o seu declínio; tem sido o borrom no seu guiom protagonista, trastocando os papéis preconcebidos e tomando a palavra com voz audível.

### Encarando os novos tempos

Em seguimento dos fenómenos políticos em curso, e à hora de gizarmos umha estratégia própria sobre a sua vertente educativa, de AGIR vimos elaborando um posicionamento posto a debate por ocasiom do recente processo pré-assemblear, cujo conteúdo vinca na análise crítica do denominado Processo de Bolonha e da sonada Lei Orgánica de Educação.

Com esta aproximação aprovada no quadro da V Assembleia Nacional à bateria de medidas que aprofundaram na paulatina privatização do ensino por instâncias europeias e espanholas, com a cumplicidade do novo Governo galego "de progresso" PSOE-BNG, que depressa manifestou a sua genuflexa anuência com a doutrina pseudo-educativa patrocinada polo capital, AGIR mantém convenientemente umha autonomia de critérios que dumha base teórica afortalam o desenvolvimento da nossa acção quotidiana.

Prest@s a receber o embate do novo Espaço Europeu de Ensino Superior (meta do denominado e devandito Processo de Bolonha), em plena adaptação na Galiza, e expectantes ante o involucionismo promocionado pola mediatizada reacção nacional-católica espanhola sobre a LOE, achamo-nos ante umha conjuntura em que a mobilização estudantil urge para nom abandonarmos o ensino às perversas vontades de semelhante grei, somadas à covardia do Governo Zapatero no que atinge à possibilidade de reformar convenientemente o modelo vigorante, tal e como é da sua responsabilidade à frente do poder executivo espanhol.

As cartas estão sobre a mesa e, tal como o estudantado encena noutros pontos do Estado, devemos reagir para evitar umha pretendida negligência pola nossa parte que facilite o maniqueu tira-puxa entre a direita montaráz, lançada à privatização descomplexada, e a social-democracia mais desmascarada e desnorteada. Folga dizer que o galeguismo bem-entendido em franca decadência ética e eleitoral escusa oferecer umha alternativa que nom veicule entre as conhecidas apostas dos dous fictícios contendentes mencionados.

Nesta aparenta soidade, o caminho apresenta-se certamente árduo. Principalmente no tocante à necessidade de espalharom a consciência crítica vencendo os entraves desta opaca burbulha da manipulação informativa, que renega de qualquer sincronia com os passos avante lenta e duramente dados polo estudantado mais conscientizado, aproveitando de resto para acolher-se à propagação simples do recreio do despiste em que se dam acomodada cabida o Patronato, a Igreja católica, os partidos políticos com representação institucional e os sindicatos amarelos. Os complexos inerentes ao autonomismo galego acrescentam no nosso país as dificuldades para convergir de fora do sistema numha aposta nacional pola defesa do ensino galego ante esta ofensiva da Europa e da Espanha do capital.

É a LOE, em qualquer caso, a figura normativa a cujo conteúdo havemos de dirigir especificamente a nossa resposta num futuro imediato. A sexta lei orgánica em matéria educativa desde a restauração monárquica, achega apenas as novidades forçosas a que o mutante percurso da história conduz as regulações legais dos modernos Estados europeus. Esta pretendida reforma em chave social-democrata caracteriza-se pola adaptação, pola reformulação menos explícita do padrom mercantilista que o PP respeitava na íntegra com as impopulares LOQE e LOU. Em consonância com este fracasso da linha dura encarregada à ultra-direita espanhola (fracasso em que o estudantado galego deu prova da sua capacidade mobilizadora e dos frutos desta), o PSOE empreende agora a mesma correioira com a aparência social e progressista que à sua política confere o embate contumaz e instigador dos ardorosos e beligerantes núcleos de reminiscência franquista.

No entanto, de AGIR somos conscientes de que assegurar os convénios com a rede privada de ensino; potenciar a hierarquização dos centros públicos; afortalar, quando nom aumentar, os vencelhos de dependência escola-capital mediante a cessom de responsabilidades à patronal; absorver centripetamente as competências educativas a partir de Madrid, ignorando as necessidades nacionais do ensino na Galiza, impondo a cosmovisom histórica e cultural castelhanista; ou recusar um acompanhamento que detalhe o sustento orçamentário da Lei, nom constituem em modo algum inovações com que colmatar as exigências do estudantado mais comprometido deste país.

É por isto que nem ontem nem hoje o nosso projecto se esgota. A nossa independência organizativa radica na fidelidade inquebrantável que mostramos com as ideias que nos dêrom e continuam a dar-nos razom de ser; razom de agir.

Por outros cinco anos, avante a luita do estudantado galego!

Iago Barros é estudante da facultade de Direito da USC e membro do Conselho Nacional de AGIR

A convocatória da selecção galega de futebol para disputar o seu primeiro jogo neste mês de Dezembro reabriu o debate social sobre a necessidade de contarmos com representações desportivas em competições oficiais internacionais. Porque esse é o verdadeiro debate que se oculta por trás das incipientes iniciativas institucionais do novo Governo autonómico, após a sistemática negativa da Junta da Galiza anterior a nem que fosse permitir a criação de umha selecção dessas que chamam "autónomas". Se olharmos a negativa da Junta do PP com alguma perspectiva, logo deparamos com o fio que une a sua inflexível posição com a do franquismo na mesma matéria, desde que em 1936 rompera com a existência de seleções galegas no primeiro terço do século passado, nomeadamente durante a II República espanhola. A negação continuada das instituições existentes na Galiza entre 1936 e a actualidade sublinha, no plano simbólico do desporto-espectáculo, a continuidade da radical negação do facto nacional galego por parte de umha mesma "família política", a franquista, de que o PP é herdeiro natural. Nessa medida é que deve ser positivamente avaliada a convocatória de Dezembro: como tímido signo "aberturista".

De resto, o debate actual tem pouco a ver com a política desportiva, situando-se mais próximo de âmbitos como a articulação oficial da simbologia e a identidade colectivas por parte da instituição autonómica actual. Um dos primeiros argumentos que surgem contra a confusão de ambos planos é o de que o fomento de expressões institucionais do espectáculo desportivo profissional nom significará umha mudança de fundo que estenda a prática desportiva como hábito saudável no conjunto da população. E é verdade, por isso convém distinguirmos os planos e esclarecer para que é que nom serve e para que sim pode servir contarmos hoje com seleções desportivas próprias.

Nom devemos cair tampouco no reducionismo de considerar a despudorada utilização do desporto-espectáculo por parte do actual sistema como causa do embrutecimento e a alienação sociais existentes. É mais exacto concebermos a instrumentalização do desporto-espectáculo como umha representação, no plano simbólico, e de certa forma também material, dos valores e interesses que de maneira efectiva funcionam numha dada formação social. De facto, tenhem existido no último século experiências de diferentes focagens do desporto entendido com espectáculo de massas, entre as que podemos citar a Olimpíada Popular organizada em Barcelona no ano 1936, como convocatória antagónica à oficial organizada polo nazi-fascismo na Alemanha no mesmo ano. Umha convocatória para cuja realização contribuíram os clubes galegos ligados à classe trabalhadora, que enviariam umha delegação galega a um evento internacional alternativo ao olimpismo oficial, finalmente frustrado polo golpe fascista.

### O desporto reduzido a lamentável espectáculo

Comecemos entom por esclarecer a diferença entre a actual concepção do desporto-espectáculo e o que deveria ser umha política desportiva ao serviço da maioria da sociedade, que parta da concepção do desporto como ferramenta de formação em novos valores, de saúde social e promotor da interacção em termos de cooperação e transformação. Quer dizer, umha orientação contrária à que o capitalismo neoliberal imprime: elitista, das minorias, gregarista, só aparentemente afastada das disputas sociais, quando na verdade serve ideologicamente ao chauvinismo,

Maurício Castro

# A reivindicação das seleções galegas: programa de defesa dos direitos nacionais

ao espírito da concorrência e até ao sociobiologismo<sup>1</sup> que definem a ideologia neoliberal, e aos interesses económicos de potentes lobbies directamente imbricados na engrenagem sistémica<sup>2</sup>.

Além do papel ideológico em favor da estabilidade social e política, incluída a sua função de válvula de escape das violências e frustrações que o próprio sistema origina, nom deve ser esquecido o papel económico que joga em favor desses grupos de pressão empresarial e mediática. Umha funcionalidade que é bem clara em contextos de crise socioeconómica, como os que de maneira crónica sacodem a América Latina, onde a violência que concitam os estádios cumpre à risca o papel predeterminado, tendo-se passado da antiga "preparação para a guerra" que representava o desporto, para o de "substituto da guerra" no palco da conflituosidade social moderna. A luta de classes encontra nos estádios umha das mais efectivas painéis de pressão que libertam as energias da frustração acumulada na quotidianidade de um sistema opressivo e de contradições extremas.

Fique portanto como primeiro ponto assente a denúncia da utilização que o sistema actual fai do desporto profissional, nomeadamente o futebol, como ópio do povo, através por exemplo da deificação de entidades privadas com claríssimo ânimo de lucro, elevadas à categoria de máximos representantes de projectos nacionais. Em último termo, debruçamos diante da incapacidade do sistema para aglutinar por outras vias mais racionais a unanimidade à volta de um projecto sócio-político e nacional exclusivo da grande burguesia dominante. Milhares de euros desviados dos orçamentos das instituições municipais e das televisões públicas, operações urbanísticas e financeiras diversas ao serviço da especulação empresarial dos dirigentes desportivos, por vezes também políticos em activo ou simplesmente subsidiadores de campanhas eleitorais, sobredimensionamento da actualidade das pugnas nos relvados, escritórios e comités de disciplina desportiva, como autêntica cortina de fumo ante os problemas e conflitos sociais realmente existentes.

Entretanto, o verdadeiro investimento em infraestruturas desportivas nos bairros, no apoio às entidades de base, à extensão do amadorismo e da prática generalizada entre a população, som desprezados e submetidos à discriminação em razão do poder aquisitivo dos grupos sociais. A presença do desporto como prática libertadora, socializadora e saudável esmorece na maior das indigências enquanto o desporto-negócio-espectáculo recebe milionárias injeções financeiras das instituições públicas. Garante-se assim que sirva económica e ideologicamente à classe dominante e, no caso do Estado espanhol, ao projecto nacional a ela associado, o consagrado pola intocável Constituição de 1978. Estamos diante de mais umha expressão de poder do grande aparelho estatal que defende essa "unidade de mercado" que verdadeiramente interessa à oligarquia espanhola e a importantes segmentos das burguesias periféricas associadas para perpetuarem a sua hegemonia.

Nem a Galiza nem o Estado espa-



Jogos Olímpicos do México, 1968



Maratona feminina organizada pela AMC. Ponte Areas, 19 de Setembro de 2004

nhol som excepção nisto. Habitamos um mundo ao contrário em que as massas precarizadas adoram umha minoria de privilegiados profissionais do espectáculo desportivo, sem que tal nem sequer sirva para a extensão das práticas desportivas como ingrediente do crescimento colectivo e dos valores da cooperação, o esforço polo bem colectivo e a ética da resolução pacífica dos conflitos entre estados. Em lugar disso, no caso do nosso país, o futebol profissional e todo o circo montado à sua volta serve para alimentar economicamente grandes e medianos empresários que manejam com critério estritamente empresarial os respectivos clubes e para promover políticos localistas e demagogos, quaisquer que forem as cores da opção eleitoral ou o clube que defendam. Todo isso incluindo o compromisso explícito com o projecto nacional espanhol que nos nega como povo, e a própria concepção patriarcal, nomeadamente no caso do futebol, que fai do espectáculo desportivo "cousa de homens".

Temo-lo visto, claro, durante anos a fio no caso dos dois maiores clubes de futebol da Galiza, o Desportivo e o Celta, em maos de empresários que combinam a liderança "desportiva" com a militância no Partido Popular. Mas também mais recentemente durante o mandato do BNG de Jaime Velho em Ferrol, quando este pulava na Malata como convicto racinguista, de cachecol verde ao pescoço, celebrando o ascenso do clube local, ao tempo que concedia milionárias verbas anuais das fracas arcas municipais para financiar as actividades da Sociedade Anónima Desportiva presidida polo espanholista empresário local Isidro Silveira. Folga dizer que as dotações desportivas nos bairros continuam hoje nesse concheiro igual de precárias que sempre, após o abandono do governo municipal polo racinguista presidente da Câmara do BNG e os seus sócios do PSOE.

A evidência e contundência das afirmações precedentes dá para pensar se realmente vale a pena nem sequer considerarmos qualquer reforma do desporto profissional tal e como o capita-

lismo espanhol o concebe e fomenta, e se nom adiantará mais fugirmos do que nom passa de ser mais um esteio do sistema que dia a dia combatemos.

### Renunciar à participação ou apostar na transformação?

Porém, umha análise mais demorada da questom conduz-nos a nom deixar tam importante âmbito de intervenção social em maos de quem aspira a reduzir-nos a súbditos do seu sistema e clientes do seu mercado, nem no fascismo que fai da intervenção no seio das torcidas um dos seus mais férteis âmbitos de actuação. As nossas profundas convicções contrárias à rede de obscuros interesses que configuram o desporto como hoje é concebido e praticado nom podem fazer-nos renunciar a incidir na transformação social também neste terreno, em nome de umha suposta pureza ideológica.

Para já, porque nem sempre foi exactamente como hoje é a relação entre sociedade, política e desporto-espectáculo, nem tem porque continuar a ser sempre assim. Já citamos o compromisso de uns clubes ligados a forças socialmente progressistas na Galiza dos anos 30, e o seu envolvimento na organização de umhas Olimpíadas alternativas e populares em que o nosso país chegou a estar representado. Mas existem exemplos mais próximos de que é possível exercer umha significativa incidência nesse sector a partir de um movimento social forte que combata o poder reaccionário que de maneira ininterrupta detém o controlo de tam importante maquinaria de propaganda e controlo ideológico na Galiza desde 1936.

É o caso da influência que o nacionalismo afro-americano chegou a ter na massa de adeptos e desportistas profissionais na década de 60, durante a etapa de maior apogeu do movimento dos Panteras Negras. As câmaras de todo o mundo filmáram a demonstração de força dos medalhistas dos 200 metros e dos 4 x 100 da selecção norte-americana nos Jogos Olímpicos do México 68, vestidos com a estética nacionalista negra e a reivindicarem, súbditos ao pó-

dio e punho em alto, a causa da nação afro-americana. Também os desportistas e público de Porto Rico costumam utilizar a sua participação em competições internacionais para reivindicarem a independência nacional e o fim da ocupação ianque do país. E a Galiza tem exemplos de compromisso com a causa do País por parte de desportistas profissionais. Como nom lembrar a digna negativa do jogador do Compostela Nacho a umha eventual convocatória da selecção espanhola, contrapondo a inequívoca vontade de fazer parte da Selecção Galega?

Outras torcidas associam-se na Europa a lutas sociais da esquerda, tentando combater a influência do fascismo em nom poucos colectivos de adeptos de clubes de elite, chegando a encenar-se nos próprios estádios a luta de claques anti-sistema e ligadas aos nacionalismos resistentes contra outras de clara adscrição fascista e pró-imperialista. No Estado espanhol há alguns exemplos disto.

Sem cedermos o mais mínimo à natureza reaccionária e gregária que costuma alentar os ambientes de nom poucas torcidas, incluídas algumas esteticamente ligadas a posições revolucionárias, cabe actuar no seio dos sectores sociais que no nosso país participam do chamado "mundo do futebol", e, em geral, do desporto-espectáculo, convertendo-o em mais um campo de intervenção em defesa da identidade nacional e de denúncia do mercantilismo e a alienação consubstanciais ao capitalismo. Longe de promovermos actuações irracionais que tam bem aproveita a extrema direita e o chauvinismo espanhol à volta das competições desportivas, o nosso objectivo deve ser combater os localismos e o espanholismo, reivindicando a consciência nacional e o direito da Galiza a contar com representação directa e própria em todas as competições desportivas a nível internacional. É nesta perspectiva politizadora que fai sentido a legítima e necessária reivindicação de seleções galegas que nos últimos anos animou a presença de claques anti-fascistas

# legas no nacionais



nos estádios da Galiza, desligadas dos círculos de poder dos clubes e até hoje desprezadas pelas instituições públicas, vendo na possibilidade de um simples reconhecimento para uma selecção "autonómica" uma ameaça para a ideologia espanholista que o mundo institucional fomenta.

A substituição do Partido Popular à frente do Governo autonómico possibilitou que se desse um primeiro passo, muito tímido, no caminho certo. A convocatória de um jogo amigável em Compostela, ante a selecção oficial de um Estado reconhecido, tem uma grande importância simbólica para um povo como o galego, tão necessitado de medidas tendentes a afiançar a nossa consciência colectiva, de povo e de nação sujeito de direitos e não simples apêndice regional espanhol.

## Algumas conclusões

É necessário nos cairmos na confusão a que o sistema nos conduz ao identificar o futebol profissional na sua dimensão mediática e simbólica com a existência de uma verdadeira política desportiva ao serviço do nosso povo, que infelizmente ainda não existe. Ficando essa distinção bem estabelecida, cabe reclamarmos para a nossa nação a máxima representação nas competições internacionais, incluindo a integração no olimpismo, a partir da criação de uma instituição desportiva nacional que una todas as diversas federações e sirva para iniciar o caminho para a constituição de um Comité Olímpico Galego. Em definitivo, o objectivo é, também neste âmbito, romper com a invisibilidade em que o espanholismo quer manter-nos, evitando limitar-nos a integrar seleções alheias à Galiza e defendendo a necessidade de contarmos com a nossa própria representação nacional em todos os âmbitos, incluído o desportivo. O reconhecimento e funcionamento de seleções galegas actuará no nível simbólico e identitário como mais um reforço no caminho da nossa normalização como povo que reclama a plena soberania, incluindo uma firme oposição contra a hegemonia e orient-

tação que os grandes grupos de poder exercem sobre o desporto profissional na actualidade.

Já numa luta paralela é que se enquadra a democratização do acesso à prática desportiva e a substituição dos valores que a rodeiam na actualidade, exigindo novas políticas por parte das instituições locais e nacionais, e fomentando um associativismo de base que aspire a construir alternativas contrárias à actual orientação empresarial e lucrativa dos clubes. Não podemos esperar a que uma indeterminada revolução, espanhola e/ou internacional, nos permita orientar de maneira radicalmente diferente o funcionamento da nossa sociedade. Por isso, também neste âmbito, devemos defender desde já o fim da discriminação que nos condena a carecermos de qualquer signo nacional distintivo e a sermos espectadores passivos de um negócio alienante e nada desportivo. É nessa perspectiva global que devemos situar o nosso apoio decidido à dinâmica dos colectivos sociais que defendem a constituição de seleções e instituições desportivas de carácter nacional, à margem das homólogas espanholas e ultrapassando a negação de direitos que a Constituição espanhola nos impõe neste campo.

A timidez dos passos dados pelo novo Executivo nos convida a um excessivo optimismo. O responsável da Direcção Geral para os Desportos na nova Junta já anunciou que renuncia a maiores ambições, conformando-se com a disputa de jogos amigáveis por temor a provocar "polémicas". Na mesma linha parece inscrever-se a rectificação do que inicialmente foi anúncio de que os jogadores levariam o nome do País na parte frontal das camisolas, após uma campanha mediática dirigida a ridicularizar a possível existência de seleções nacionais galegas e contra a etiqueta "Galiza" como distintivo das mesmas.

Será necessário que os sectores do movimento popular envolvidos no trabalho social à volta dos chamados desportos-espectáculo, não cedam na pressão às instituições, estendendo-se a reclamação de novos jogos oficiais para as nossas seleções em cada vez mais especialidades desportivas, masculinas e femininas, junto a outras medidas como a anulação da absurda obrigatoriedade de as desportistas galegas e os desportistas galegos integrarem as seleções espanholas quando são convocados.

Passo a passo, o avanço das posições galegas e populares neste campo criará mais um cenário para a recuperação dos nossos direitos nacionais, sem perdermos de vista a sua integração num projecto socialmente avançado, anti-capitalista e igualitário. Só nessa perspectiva é que, rejeitando o modelo actual, achamos todo o sentido à luta pelas seleções nacionais galegas, com a aspiração de as integrarmos na defesa do desporto como ingrediente social massivo e horizontal ao serviço do conjunto de um povo galego livre e emancipado.

Maurício Castro é membro do Comité Central de Primeira Linha

1 A sociobiologia é uma tendência contemporânea nas ciências sociais que, a partir de uma perspectiva reaccionária, tenta explicar em termos "científicos" o carácter contrário ao igualitarismo do capitalismo, mediante o apelo a uma suposta "base genética" que explicaria as diferenças sociais entre os indivíduos.  
2 Se calhar o Real Madrid é quem melhor representa no contexto europeu essa imbricação perfeita que o chamado "desporto espectáculo" representa, na figura do seu presidente. Assim, Florentino Pérez faz parte do núcleo duro da oligarquia espanhola, presidindo o Grupo ACS, um dos mais potentes do sector da construção, infraestruturas e energia no âmbito peninsular. Recentemente, protagonizou a compra de Unión Fenosa, multinacional que até essa altura contava com capital galego maioritário, e cuja operação, segundo os meios de comunicação, resolveu directamente em poucos minutos o próprio Florentino Pérez mediante um simples telefonema. Também politicamente conta o mesmo personagem com uma trajetória ligada ao núcleo duro do actual sistema, depois de ter ocupado alguns cargos institucionais durante a última etapa do franquismo. Como dirigente da UCD desde 1979, e posteriormente como "construtor do PP", nomeadamente a partir das grandes operações assumidas pelas suas empresas na Comunidade de Madrid, mercê das boas relações que mantém com os seus sectores do PP na capital espanhola, os representados por Ruiz Gallardón e Esperanza Aguirre. É também amigo pessoal do chefe do Estado, com quem partilha de quando em quando passadas de late polo Mediterrâneo. A todo o anterior haverá que acrescentar o papel que o Clube que Pérez preside sempre ocupou como máximo estandarte no âmbito do simbolismo chauvinista do espanholismo.

Carlos Morais

# Devastação do Katrina: catástrofe natural ou responsabilidade do sistema capitalista?



Nova Orleães, Agosto de 2005

Na imensa destruição provocada pelo furacão Katrina a finais de Agosto no golfo de México não podemos desconsiderar, e muito menos subestimar, as estreitas relações causa-efeito derivadas do modelo de "desenvolvimento" capitalista, acentuado nas últimas décadas pelas receitas do neoliberalismo mais selvagem.

1- Embora o Katrina fosse um fenómeno meteorológico anunciado com suficiente antecedência pelos modernos meios de que os Estados Unidos dispõem, incidindo no seu profundo carácter destrutivo, as autoridades locais, estatais e federais aplicaram exclusivamente a mais pura lógica do mercado, abandonando deliberadamente dezenas de milhares de pessoas à sua sorte, ou seja às suas (in)capacidades individuais para fazer frente às letais consequências. Desde as primeiras horas em que se constataram os diagnósticos da mortífera capacidade de devastação realizados previamente pela Agência Federal de Gestão de Crises (FEMA), o governo de Bush não só transmitiu dois conselhos: fugir, abandonando o antes possível a imensa área que se previa fosse afectada, e rezar para paliar a "fúria" dos elementos. Ou seja, aplicar de maneira inexorável a lógica neoliberal de que cada pessoa tem que resolver individualmente todas as circunstâncias que afectam diariamente a sua vida. E para atingir objectivos, que melhor que solicitar ajuda a Deus.

2- A potência imperialista, -que se gaba de ser a mais elaborada e desenvolvida forma da civilização ocidental e, portanto, responsável pela manutenção da ordem mundial-, abandonou à sua sorte, na forma mais literal do termo, uma parte substancial das populações dos estados da Luisiana, Mississippi e Alabama, condenado à desolação, sofrimento e morte aqueles segmentos socialmente mais desfavorecidos: as classes populares pobres, basicamente conformadas por negros e latinos. As vítimas em mortes e feridos, na perda das suas casas e meios de subsistência, não habitavam em zonas residenciais, nem as elegantes mansões de Garden District (que na sua maioria nem foram atingidas), e em que as companhias de seguros repararam parte das perdas; senão os bairros marginais onde se armazenam as maiorias deserdadas da velha cabana do Tio Tom, perpetuadas e condenadas pelo *american way of life* a continuarem na pobreza e exclusão social.

3- As imagens de televisão, -previamente filtradas e seleccionadas pelos grandes canais norte-americanos, que

nas primeiras horas da penetração do Katrina convertêram a cabeça do furacão num show para alargar audiência e obter mais lucro, mas que posteriormente, fruto da perplexidade, tiveram dificuldades para reagir, não pudéram evitar mostrar Nova Orleans completamente alagada pelas águas do lago Pontchartrain, parcialmente destruída, com centenas de cadáveres a boiar nas águas contaminadas, milhares de refugiados com fome e sede solicitando ajuda, a desesperação das crianças, a agonia de idosos abandonados, provocaram surpresa, incompreensão e estupor em todo o mundo perante a passividade das autoridades. Mas a seriedade, lenta e limitada reacção das autoridades agravou a dimensão dumha devastação, que podia ter sido parcialmente evitada. O exemplo a seguir produziu-se meses atrás quando a Revolução Cubana foi capaz de proteger e evacuar, sem uma só vítima mortal, 1,3 milhões de pessoas, mais de dez por cento da população, perante as ameaças do furacão Iván. Cuba, um país periférico, com poucos recursos e constantemente agredido pelo gigante imperialista, mostrou vontade e capacidade para salvar a sua gente e paliar a destruição, porque tinha planos de evacuação e um governo que se preocupa pela verdadeira segurança e bem-estar das pessoas. Eis a diferença frente à barbárie a que nos condena o modelo neoliberal.

4- O caos substancial ao modo de produção capitalista foi quem propiciou transformar este agressivo fenómeno natural num hiper-destrutivo furacão. Porquê?. Em primeiro lugar, pela passividade criminosa à hora de evacuar o conjunto da população, garantindo refúgios seguros e a sua manutenção durante o tempo necessário. Em nenhum momento existiram, nem obviamente se aplicaram, planos integrais de evacuação, embora se possuíssem os recursos necessários, centenas de autocarros escolares, de companhias privadas, transporte ferroviário, marítimo e aéreo, para evacuar de maneira planificada e ordenada todas aquelas pessoas que careciam de meios próprios para abandonarem a área metropolitana de Nova Orleães. O complexo militar-industrial imperialista pode organizar em poucos dias, e mesmo em horas, imensas pontes aéreas para transferir tropas a Kosovo ou ao Afeganistão por "motivos humanitários", e não reage quando milhares de

Pasa à página 6

## Devastação do Katrina: catástrofe natural ou responsabilidade do sistema capitalista?

Ven da página 5

compatriotas estão a morrer pelos efeitos das inundações no seu próprio território. Nos três principais estados afectados, as bases militares ali instaladas mantiveram-se à margem dos acontecimentos.

Mas o problema tem uma série de responsabilidades prévias. Parte do rico ecossistema dos territórios do Sul dos Estados Unidos, basicamente à volta do rio Mississippi, tem sido literalmente alterado pelas políticas desenvolvimentistas que drenaram milhares de hectares para construir complexos petroquímicos, cidades, áreas residenciais e industriais, de forma irracional e seguindo exclusivamente a lógica do lucro. Cerca de 4.000 quilómetros quadrados de barreiras naturais, -ilhas e terrenos costeiros- foram erodidos e destruídos nos últimos cinquenta anos, segundo os estudos da Associação de Engenheiros Civis dos Estados Unidos. O delta do Mississippi foi canalizado para facilitar a navegação, alterando profundamente as defesas naturais perante a violência meteorológica.

A guerra global que o complexo militar-industrial ianque desenvolve em diversos pontos planetários provocou a drástica redução das verbas destinadas a modernizar e alargar a imensa rede de diques e barreiras contra inundações que evitavam que a pérola da Luisiana, construída abaixo do nível das águas do Pontchartrain, do Mississippi e do mar, ficasse inundada pelas águas que a rodeiam. Nova Orleães está construída numa depressão natural da bacia inundável do Mississippi, e desde a sua fundação a finais do século XVIII está "protegida" por 1.900 quilómetros de diques e barreiras, muitas delas actualmente obsoletas e completamente deterioradas.

Desde 2003, o Governo Bush e o Congresso norte-americano deixaram de financiar o SELA (Programa de Controlo das Inundações Urbanas do Sul da Luisiana). No ano passado, o Corpo de Engenheiros do Exército, "entidade responsabilizada pela segurança de Nova Orleães frente à ameaça das águas", assim como diversos sectores e meios de comunicação da cidade, solicitaram reforçar com carácter de urgência o imenso complexo destas muralhas artificiais, reforçando-as e elevando a sua altura, estimando em 11 milhões de dólares o seu custo aproximado. Georges W. Bush tam só requereu ao Congresso 3 milhões e este concedeu metade do que se pedia: 5.5 milhões. Desta forma, os EUA optaram por cortar o orçamento, para alimentar a agressão imperialista no Iraque e no Afeganistão, e para fortalecer a estratégia de controlo social sob a justificação da segurança e combate ao "terrorismo", desviando-o dos serviços sociais, e também do que Nova Orleães necessitava para evitar um cenário como o que o Katrina provocou a 28 de Agosto, perfeitamente prognosticado nas previsões do Governo norte-americano.

Mas, as causas primárias que levaram à parcial destruição da cidade e dos espaços naturais que conformam o universo de Mark Twain e Escarlata O'Hara, centenas de vezes reproduzidos pela indústria cinematográfica de Hollywood, reside no aquecimento global da atmosfera, o denominado efeito estufa, que o Governo Bush se nega a reconhecer e pelo qual os EUA som um dos principais responsáveis. Os furacões no Golfo do México, que já assolavam as culturas pré-colombianas, som cada vez mais frequentes e destrutivos.

A alteração global do ambiente



As classes populares foram vítimas dos efeitos do Katrina

tem agudizado os fenómenos naturais, provocando a violenta e já inocultável mudança climática que provoca chuvas torrenciais, inundações, elevação da temperatura, incremento das secas e da desertificação. Segundo diversos estudos do Instituto Tecnológico de Massachusetts, a força dos furacões experimentou um incremento de 50% no último meio século e o nível do mar subiu um metro no Golfo do México.

Os EUA, com 5% da população, consomem 40% do petróleo e do carvão mundial, e seguem negando-se a aderir e assumir as raquíticas medidas previstas no Protocolo de Kyoto. A potência hegemónica imperialista deveria reduzir em 70% o consumo de combustíveis fósseis e assim poder contribuir para evitar converter em irreversível a destruição do planeta a que nos leva o irracional modo de produção capitalista, mas isto questionaria a sobrevivência das grandes empresas e companhias tam bem representadas pela extrema-direita que governa Washington.

5-Mas o drama humano que atinge centenas de milhares de habitantes do Golfo do México tem um evidente carácter de classe, racial e de género. A divisão classista da sociedade capitalista, as suas consequências na composição racial, e as desigualdades de género provocadas pelo patriarcado, determinaram que as vítimas sejam as classes populares, basicamente os sectores mais empobrecidos, mais de 30% da população, desempregados, idosos, imigrantes, basicamente pretos e latinos, com especial incidência sobre as mulheres. O grosso destes segmentos considerados "prescindíveis" na lógica criminosa da burguesia norte-americana, foram condenados à morte pela planificada destruição sistemática dos serviços sociais do Estado, na actualidade praticamente reduzido aos aparelhos coercitivos que garantam a apropriação da mais-valia pelo grande Capital, e aos diversos mecanismos de dominação imprescindíveis para poder manter as estruturas de exploração que permitem sustentar a ordem social.

Desde a década de oitenta, as políticas neoliberais aplicadas nos USA provocaram o rebentamento do denominado "estado da providência", ou seja, a rede pública de serviços e prestações sociais, liquidando a sanidade, o ensino público, as pensões, gerando um incremento das desigualdades e da pobreza. A lógica do mercado provocou que desaparecessem as redes sociais que garantem a protecção mínima do

conjunto da população, especialmente dos sectores mais vulneráveis: as crianças e as pessoas idosas. Após um processo de sistemáticas privatizações, o Estado ficava isento de toda responsabilidade social.

Os que ficaram atrapados em Nova Orleães e nas cidades dos seus imensos arrabaldos foram todos aqueles que careciam de meios de transporte próprios: automóvel, ou bem de recursos económicos para poder frente às necessidades derivadas de abandonar as suas casas. Milhares de famílias nom tinham literalmente nem forma de escapar, nem para onde ir. Nom tivemos mais opção que permanecer nessa imensa ratoeira. Por se isto nom fosse suficiente, o Katrina impactou no fim do mês, quando já na maioria das casas que dependem de miseráveis subsídios, de salários de miséria, das ajudas da beneficência, se esgotaram os recursos para poder fazer frente à dura última semana que há que superar todos os meses, multiplicando assim os seus efeitos.

Quando as imagens de televisom começaram a mostrar parte da realidade na suas expressões mais impactantes de pânico, desesperação e morte, com dezenas de milhares de refugiados, cuja cor de pele semelha mais Haiti ou Libéria do que o país mais "poderoso" do planeta, embora a obsessão mórbida que substituiu os corpos desnutridos do "Terceiro Mundo" evitasse a confusão, o Governo viu-se obrigado a reagir. A popularidade de Bush achava-se em queda livre. Era necessário evitar mostrar que o regime que justifica as guerras e o uso mais brutal da violência imperialista para defender a "liberdade e os valores ocidentais" aparecesse mostrando o seu verdadeiro rosto de terror e crueldade: abandonando à sua sorte a parte dos seus habitantes. A dimensão e o impacto na opinião pública interna e internacional perante tanta incompetência e passividade durante os acontecimentos, (Bush continuava a desfrutar de férias no rancho de Crawford, e Condoleezza Rice de compras nas distinguidas boutiques de Nova Iorque), provocou que os imensos recursos com que conta ou pode movimentar o aparelho estatal norte-americano comessem a movimentar-se. Porém, nos primeiros dias de Setembro, quando já faleceram milhares de pessoas, apenas se pom em acção a maquinaria propagandística em colaboração com os grandes meios de comunicação. Visitas virtuais do presidente, mensagens de consolo, promessas e declarações

eleitorais.

As primeiras medidas foram introduzir, como se gado se tratasse, dezenas de milhares de vítimas em dous grandes espaços: o estádio Superdome e o Centro de Convenções, sem os mais mínimos meios para poder garantir as necessidades mínimas das pessoas ali refugiadas. Sem luz, água, alimentos, ar condicionado, serviços higiénicos e sanitários, os dous colossos arquitectónicos rapidamente se converteram em campos de concentração onde armazenar e ocultar os efeitos da catástrofe em que o imperialismo converteu o furacão. O resgate da deputada do PSOE catalán e da sua família do Superdome constata novamente os privilégios e profundo carácter de classe no tratamento dos refugiados no capitalismo. Ser brancos, ricos e das elites ocidentais, embora estrangeiros, permitiu que fossem resgatados por unidades especiais da polícia.

6-Para reduzir na opinião pública interna e internacional as consequências do brutal impacto da tragédia, o descrédito dos EUA perante os povos do mundo, os meios de comunicação lançam uma eficaz campanha de intoxicação e manipulação baseada nas dificuldades de intervenção e distribuição dos recursos movimentados pelas autoridades estatais e federais. Perante as acusações desesperadas de Ray Nagin, presidente da Câmara de Nova Orleães, quando após ter reclamado ajudas, perde os nervos afirmando "que mexam o cú e fagam algo", rapidamente o império constrói um cenário para a actuação dos serviços de resgate. Aqui também o racismo e classismo dos meios de comunicação nom perdoa: os pretos saqueiam e os brancos tomam emprestado.

É declarado o toque de recolhida, as tropas, Guarda Nacional, e corpos policiais deslocados ao cenário recebem ordem de dispararem a matar. Estas inicialmente tenhem como exclusivo cometido a defesa das propriedades e restabelecimento da ordem questionada pelo desespero de dezenas de milhares de pessoas que procuram a toda a custa sobreviver. Como se pode definir de saqueadores as massas desesperadas que, sem roupas, bebida, comida, medicamentos, "assaltam" supermercados, armazéns e farmácias? O Estado nom só nom garante a sua sobrevivência, senom que concentre meios em evitar que se apropriem dos recursos a que se pode aceder sobre o terreno.

7- A dimensão da destruição provocou paradoxos tam imensas como

que o Estado responsável pela miséria de dúzias de países e povos tivesse que solicitar ajuda a quem empobreceu. Os Estados Unidos vírom-se obrigados a aceitar os contributos do Bangladesh ou México, mas também da UE que tam só aplicou a lógica dos interesses globais do capitalismo. Para evitar o colapso energético ianque, emprestou os centenas de milhares de barris de petróleo armazenados nas reservas estratégicas para momentos de crise, que os EUA necessitavam para impedirem deste jeito um ainda maior incremento dos preços do crude no mercado internacional e a conseguinte desestabilização do sistema provocada pela destruição de algumas plataformas e refinarias. Aqui nom se executam decisões alicerçadas na solidariedade e ajuda mútua. As que realmente sim derivavam destes valores, as oferecidas por Cuba e a Venezuela, a primeira em forma de médicos e equipas sanitárias, e a segunda em forma de petróleo, foi rejeitada. O império, novamente, optou por sacrificar o seu povo ao nom permitir a ajuda dos seus inimigos, as revoluções Cubana e Bolivariana.

8- Até que ponto a devastação provocada pelo Katrina, e volto a insistir, prognosticada pelo Estado federal, nom foi conscientemente evitada pensando nos impressionantes lucros que a reconstrução vai gerar ao bloco de classes dominante, cuja interrelação está suficientemente acreditada? As grandes companhias e empresas como Halliburton, vinculadas a destacadas figuras do poder como Dick Cheney, tam só se lucram da morte e sofrimento humano, sem se importarem com se foi provocado em Hanoi ou em Los Angeles, em Faluja ou Nova Orleães. A ilimitada voracidade e total ausência de escrúpulos tem caracterizado historicamente o accionar do imperialismo. Os seres humanos som apenas números, frios algarismos, que podem ser empregados para gerarem mais dígitos nas contas bancárias dos paraísos fiscais, nas bolsas de Wall Street ou Londres.

9- Actualmente, após várias semanas do início da catástrofe, a verdadeira dimensão da tragédia na área devastada, praticamente desapareceu da realidade virtual dos grandes meios de comunicação. Nom se informa do número exacto das mortes e desaparecidos, talvez nunca se saiba ou se demore anos a conhecer. O clamoroso silêncio responde aos fabulosos interesses em jogo. As grandes empresas estão repartindo os imensos benefícios da reconstrução, negociando decisões urbanísticas, políticas, sociais que favoreçam os seus interesses frente à desolação dos que perderom praticamente todo o pouco que possuíam.

Perante a carência, no coração do império, de movimentos populares questionadores do cerne do modelo socioeconómico imperante, o acontecido no Golfo do México deve ser uma nova lição para os povos do mundo sobre o terror a que nos conduz o capitalismo na sua fase neoliberal. Os limites e imensas fraquezas da hegemonia norte-americana estão sendo habilmente combatidos nas ruas do Iraque pela resistência. Reforçar a luta popular de parâmetros nitidamente revolucionários é o desafio que tenhem o conjunto das forças anticapitalistas, com destaque para as comunistas, se quigramos evitar a destruição planetária e civilizacional a que nos leva inexoravelmente a barbárie do imperialismo.

Carlos Morais é o Secretário Geral de Primeira Linha

Os meios de comunicação não cessam de repercutir, dia após dia, conforme os interesses em voga, uma sucessão de escândalos e graves deslizes éticos envolvendo figuras exponenciais da combalida República brasileira, especialmente o núcleo dirigente do Partido dos Trabalhadores, na sua relação promíscua com os aparelhos do Estado.

Estarrecida, a sociedade indigna-se, especialmente os segmentos populares mais organizados, diante dos sucessivos escândalos de milionários saques bancários feitos por prepostos de deputados e de partidos da base de apoio ao Governo, transportados em malas e distribuídos em quarto de hotel, em troca da sua adesão ao Governo, por ocasião das votações de projectos de lei de grande impacto para a sociedade.

Escândalos que constroem e dilaceram a sociedade, seja pelo inédito volume de recursos movimentados, seja pela frequência, seja principalmente pelo número e perfil dos envolvidos, em particular dirigentes e parlamentares do PT em conluio com o ex-ministro da Casa Civil, principal figura governamental e mais próxima do presidente dessa mal nascida e sempre agonizante República.

Ao mesmo tempo, importa ter presente que o que agora vem a público é apenas o epifenómeno dessa crise, a ponta do "iceberg", sua manifestação mais impetuosa e mais à vista.

Tentamos extrair desta crise ainda em curso alguns ensinamentos, em busca de ensaiar passos de superação.

#### 1- Capitalismo não rima com ética

O processo de acumulação de riquezas, especialmente no modo de produção capitalista, pressupõe o recurso a mecanismos de pilhagem, com ou sem manto legal. Impossível que tenha lugar dentro de um quadro de relações eticamente aceitáveis. A não ser que se trate da "ética capitalista".

#### 2- Rememorando retalhos da história da sociedade brasileira

A história da sociedade brasileira, tem sido tecida de híbridos fios, de variado matiz. Fios de relações solidárias e de dominação; e fios de resistência, e também de fios éticos, misturados, ora de decência, ora de uma sucessão de episódios graves e menos graves de deslizes ético-políticos.

Os escândalos financeiros e as falcatruas governamentais e político-partidárias som triste praxe, ao longo da história de nossa República sempre tão mal resolvida, desde suas origens.

Diversamente dos actores de antes, agora somos justamente as forças que se reclamam de esquerda, e mais precisamente o Partido dos Trabalhadores e os seus aliados, que protagonizam os escândalos. Justo esses cuja trajetória de conquistas sempre esteve directamente vinculada à bandeira da ética na política.

A trajetória do PT, com efeito, desde suas origens, é marcada por princípios ético-políticos de que dá prova. Se assim é, que factos ou circunstâncias determinaram ou condicionaram essa mudança de postura? Passemos a sublinhar alguns:

- o progressivo afastamento das lutas sociais.
- a crescente ocupação dos espaços instituídos.
- o deslumbramento com a máquina governamental.
- aposta cada vez maior nas instâncias governamentais como principal ou exclusiva ferramenta de mudança social.
- o aliancismo como ferramenta de acesso às instâncias executivas e parlamentares do Estado.
- profissionalização da militância, agora transformada em agentes partidários e governamentais.
- retração ou inibição dos seus habituais procedimentos de organização partidária.
- abandono à manutenção do Partido pelo conjunto de seus filiados como procedimento político.
- desproporcional contribuição financeira a cargo dos eleitos em detrimento da proveniente dos militantes de base.
- progressiva centralização das deliberações partidárias.
- abdicação dos critérios para filiação partidária.
- progressiva alteração nos procedimentos de embates eleitorais.
- recurso táctico abusivo ao currículo de seus quadros dirigentes.
- cultura do endividamento como recurso para

Alder J. Ferreira Calado

## Partido dos Trabalhadores: ensinamentos da crise

- cobrir gastos de campanhas eleitorais.
- abuso dos gastos em marketing e propaganda (avidez por parecer).
- apelo ao controlo indirecto da estrutura sindical e dos movimentos sociais.
- agravamento do corporativismo, traduzido no compromisso com os "meus" ainda que contra a causa...
- promoção e exercício da prática de esquizofrenia individual e colectiva...
- mudança de tratamento ou endurecimento em relação aos críticos internos ao Partido.
- progressivo e deslumbrante aproximação de outros "amigos" e outros aplausos...
- aposta na perpetuação do "poder".
- assujeitamento às regras do mercado para além do exigido, em troca de opções políticas compensatórias.
- perda do horizonte de classe (o amplo leque dos excluídos: mulheres das classes populares, vítimas da prostituição, trabalho infantil, assalariados, desempregados, sub-empregados, sem-terra, sem-teito, Índios, Negros, portadores de deficiência, jovens vítimas da violência social, migrantes, presos comuns, moradores das florestas vitimadas pelos crimes ecológicos com a convivência de representantes de órgãos governamentais...).
- controlo táctico das empresas estatais...

#### Alguns ensinamentos da crise, em busca de superá-la

O que devemos recolher desse emaranhado de descaminhos e falcatruas, ocorrências fraudulentas, situações de impasse, desdobramentos ainda em curso? uma infinidade de lições. O que se segue é um primeiro esboço, resultante das impressões mais fortes que o momento propicia. Vamos resumir em dois pontos: evidências "esquecidas" possíveis pistas de superação.

**- Pretender lutar por uma nova sociedade para os deserdados da Terra.** Isso nada tem de novidade. E, no entanto, é uma de tantas evidências esquecidas pelas forças que se pretendem de esquerda. A transformação social é obra dos próprios trabalhadores e trabalhadoras. Tentar substituí-los ou dispensá-los do protagonismo é fracasso certo. Não é a primeira vez, na história...

**- Profissionalizar a militância.** Profundo equívoco do PT e forças aliadas foi distanciar-se das lutas sociais, frutuoso espaço de formação e de refortificação de seu compromisso com a causa dos oprimidos. Os movimentos sociais e as pastorais sociais eram terreno familiar e propício à formação da consciência de classe dos militantes, nos primeiros anos do Partido. À medida que foram abandonando ou se distanciando progressivamente desse espaço referencial, foram também abrindo mão da gratuidade do trabalho político e popular.

**- Apostar nos espaços e mecanismos institucionais como único ou principal factor de mudança social.** O PT nasceu com ímpeto instituinte. Lutava pela construção de uma nova sociedade. Mesmo recorrendo a mecanismos institucionais como o processo eleitoral, demonstrava disposição de ir além da mera democracia representativa. Nisso se assemelha a tantos movimentos populares, ao longo da história.

As conquistas graduais de espaços parlamentares e governamentais foram mudando a cabeça dos eleitos e a sua nova base de sustentação. Pior: o acesso e o exercício do poder parlamentar e governamental foram operando neles, salvo honrosas excepções, progressiva mudança de postura, até sucumbirem de vez ao fascínio do poder, já não mais importando os critérios, a não ser o cuidado de repetir princípios de boca para fora ("Eu não mudei")...

**- Apoiar-se no currículo como arma de sustentação ético-política.** Uma das tácticas mais recorrentes abusivamente utilizadas pelos dirigentes governamentais e partidários, quando instados a se explicarem de posições antagónicas aos princípios históricos que defendiam até há pouco tempo, vem sendo a de remeterem aos seus críticos ao seu passado de lutas.



"Conosco é diferente" (dizer combater os privilegiados e incorporar seu estilo de vida). Um ligeiro refrescar da memória dos primeiros tempos de PT ajuda a recuperar o estilo sóbrio dos dirigentes e militantes partidários. Mesmo os que pertenciam a segmentos médios da sociedade comportavam-se de modo simples, sem pompa. A convivência com os oprimidos e suas lutas ajudava a se guardar um clima de fraternidade, nas relações políticas do dia-a-dia. Isso também foi progressivamente abandonado, salvo excepções.

**- O deslumbramento pelos sedutores atalhos.** A cada dois anos, temos eleições no Brasil, ora para vereadores e presidentes de Câmara municipal, ora para a Câmara Federal, o Senado e a Presidência da República. Mesmo nas suas origens, o PT também participava desse processo, mas de modo a buscar publicizar o seu projecto de sociedade, manifestando-se crítico com relação ao status quo. Não perdia a cabeça ante os tímidos resultados eleitorais. Atribuía ao processo eleitoral o peso que lhe devia. À medida, porém, que conquistas pontuais, nesse terreno, iam sendo alcançadas, parte significativa dos seus dirigentes passou a mudar de ideia. A proximidade do poder subiu-lhes à cabeça.

**- Substituição progressiva da aposta na busca da verdade pela aposta na verossimilhança.**

A essa mesma obsessão pelos atalhos está associada a progressiva aposta nas tácticas de marketing. Já não vale a prática como critério da verdade. Nas campanhas eleitorais e na promoção dos candidatos, o que importa mesmo é parecer, é o investimento na aparência, na imagem que é passada ao público.

**- Negligenciar o processo formativo contínuo.** Quem não se lembra da euforia provocada na militância com a iniciativa do Instituto Cajamar, voltada para a formação da militância, das bases e dos dirigentes. A Secretaria de Formação investindo o melhor de si nessa perspectiva. Sonho que duraria pouco, ante a gula pelo poder... A certa altura, já nem se falava mais nisso.

**- Perder o senso da autocritica.** Não apenas os documentos, como também os espaços formativos eram ocasiões propícias em que se acentuava o papel irrenunciável do exercício da autocritica. Prática que logo se esvaziaria, à medida que deslizes eventuais se fôrom institucionalizando, fazendo os implicados substituírem o recurso à autocritica pelo discurso da racionalidade cínica, como aliás ditava a moda "pós-moderna"...

**- Atribuir a uns poucos o que é da responsabilidade do colectivo.** Diferentemente das experiências iniciais, previstas, aliás, nos textos fundantes do PT, cuja prática habitual era de se discutir e deliberar colectivamente a partir das bases, passou-se a delegar a bem poucos os destinos do Partido.

**- Apostar nas políticas compensatórias como principal estratégia.** Já que, a essa altura, o rumo já terá sido esquecido, a tendência passa a ser a do discurso da racionalidade cínica: "faz-se o possível", "já que o sonho é impossível, vamos tirar proveito do que pudermos"... Neste caso, dá-se adeus às antigas propostas mudancistas,

substituindo-as pela cultura assistencialista com nomes sedutores equivalendo simplesmente à estratégia das políticas compensatórias...

**- Seguir incondicionalmente os rituais da democracia representativa.** Sendo assim, não há outro caminho "possível", a não ser nivelar-se aos demais "partidos da ordem". Como não se ousa dizer as cousas pelo seu nome verdadeiro, criam-se eufemismos autojustificadores: "Precisamos de ser responsáveis." "Uma coisa é fazer oposição, outra é governar."

**- Recurso ao endividamento partidário.** Tal é a gula pelo naco de poder (que na verdade é simbólico, já que se cumprem ordens vindas de fora), que facilmente sucumbem ao cativo do endividamento... Após as campanhas, as dívidas revelam-se astronómicas, com ou sem que ninguém acredite na lisura do processo.

**- Apostar na "Reforma Política".** Um alibi frequente de que se tem usado e abusado, em tempos de crise aguda, é o apelo a reformas, ou seja: "aprimorar a legislação".

#### É possível dessa crise recolher pistas de superação?

**- Reavivar o rumo almejado.** Caminhos de saída para a crise só haverá, caso sejam capazes de afectar a raiz do problema. Dentro do Capitalismo, estamos cansados de saber, crise depois de crise, que não há a mínima chance. (...) Só um horizonte alternativo ao Capitalismo pode inspirar credibilidade aos e às que se entregam à busca de uma saída, olhos fixos na viabilização de um projecto alternativo, útero de uma sociabilidade alternativa. Ainda que não tenhamos condições (polo menos subjetivas) de fazer irromper já essa transição.

**- Retomar os caminhos correspondentes ao rumo**

- Inverter, em favor das acções instituintes junto à classe trabalhadora as actividades hoje consagradas quase exclusivamente à actualização partidária convencional;
- Priorizar o recurso aos meios simples;
- alternância ou rodízio de funções;
- combate ao personalismo;
- superação da dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual;
- promover a união e a organização das camadas populares por meio de pequenos grupos

**- Redefinir constantemente parceiros, aliados e adversários.** Tal é a dinâmica com que mudam os cenários das sociedades, nessa fase de profunda, célere incessante globalização, que implica constantes redefinições de quem som mesmo os nossos parceiros, os nossos aliados e quem som os nossos adversários. Sem isso, podemos estar comprando constantemente gatos por lebres...

**- Presentificar a memória histórica dos luitadores e luitadoras do Povo.** Uma iniciativa legada por quase todas as gerações de luitadores e luitadoras do povo tem a ver com a disposição de fazer presente a densa memória de lutas populares, com os seus respectivos protagonistas. Reavivar a memória histórica é apostar na necessária realimentação dos verdadeiros protagonistas, no sentido de conduzirem a bom termo a nossa justa inquietação com a classe trabalhadora.

**- Exercitar a mística revolucionária nos espaços do quotidiano.** Quase todos os graves deslizes têm por trás a presunção de que basta que um militante afirme "pertencer ao PT" para logo sentir-se seguro nos seus compromissos. Se assim fosse, não passaria de um ritual que se esgota em si mesmo. Isso não garante nada. O que de facto garante é a renovada disposição do colectivo (movimento, sindicato, partido...) e de cada militante, de refazer seus compromissos no chão das relações do Quotidiano.

**- Apostar na formação continuada.** O processo de formação continuada, ou será uma prioridade efectiva para cada militante, ou de nada valerão os seus propósitos de compromisso com a causa dos excluídos. É polo incessante processo de formação que os militantes conseguem aprimorar a sua capacidade perceptiva, condição para uma intervenção qualificada nas relações sociais e humanas de cada dia.

Tal como em tantas outras experiências amargas do passado, não devemos esquecer que períodos de crise, desde que bem trabalhados (com autocritica), podem tornar-se propícios para uma retomada, em novo estilo, de rumos e caminhos. Aqui também repousa a nossa esperança.

Alder Júlio Ferreira Calado é activista da esquerda brasileira



Correspondência: Apartado dos Correios 760. Compostela. Galiza. Correios electrónicos: sgprimeiralinha@primeiralinha.org / primeiralinha@primeiralinha.org  
Tiragem: 3.000 exemplares. Distribuição gratuita.  
Permite-se a reproducçom total ou parcial dos artigos sempre que se citar a fonte. Abrente nom partilha necessariamente a opiniom dos artigos assinados.  
Impresso em papel reciclado. Depósito Legal: C-901-1997

# Recuperando a memória da Galiza rebelde e combativa

Nos últimos anos, unha série de vigorosas iniciativas está contribuindo para resgatar a necessária recuperaçom da memória história da luta antifascista.

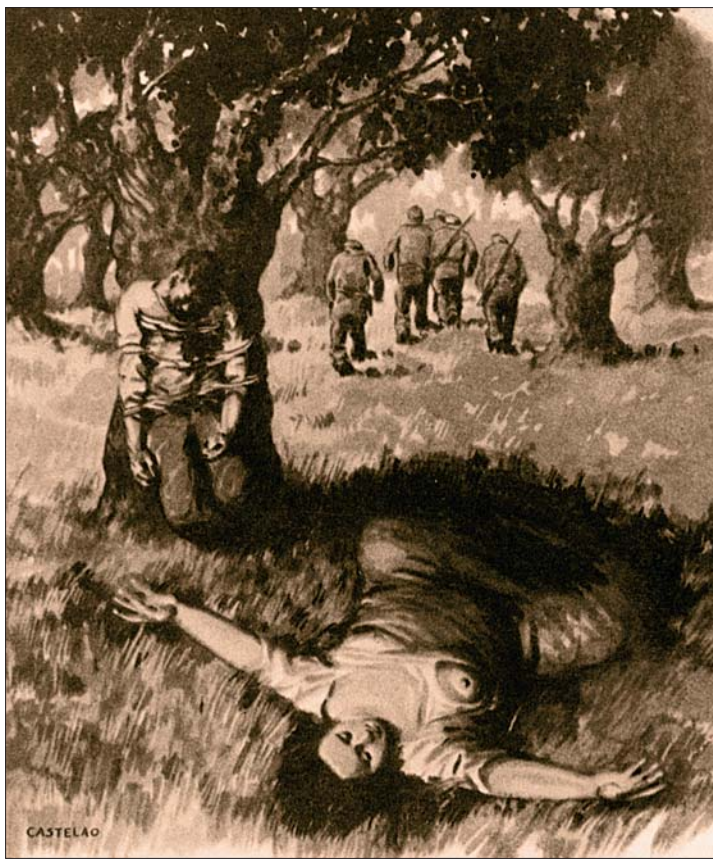
A resisténcia obreira e nacional contra o franquismo, os atropelamentos e crimes do regime, fôrom conscientemente ocultados nos vergonhosos acordos dessa fraude política denominada "Transiçom", entre o sector liberal do franquismo, a esquerda reformista e as burguesias nacionalistas basca e catalá. Esse pacto de silêncio condenou ao ostracismo dezenas de milhares de luitadores, ocultou o sofrimento e dor das vítimas e das suas famílias, tapou sob a lousa do esquecimento os/as milhares de galeg@s assassinad@s entre 1936 e 1975 polo novo Estado emanado do levantamento militar de 18 de Julho.

A pluralidade das iniciativas é simultânea à ofensiva revisionista que a extrema-direita espanhola está a realizar no campo da historiografia. Um feixe de pseudohistoriadores, -algun dos quais passou de teórico do maísmo armado a legitimador do franquismo-, justifica, com base na mais burda manipulaçom documental e tergiversaçom dos acontecimentos, a "legitimidade" do levantamento militar contra a II República, e o papel instigador e activo apoiante da burguesia e a Igreja católica.

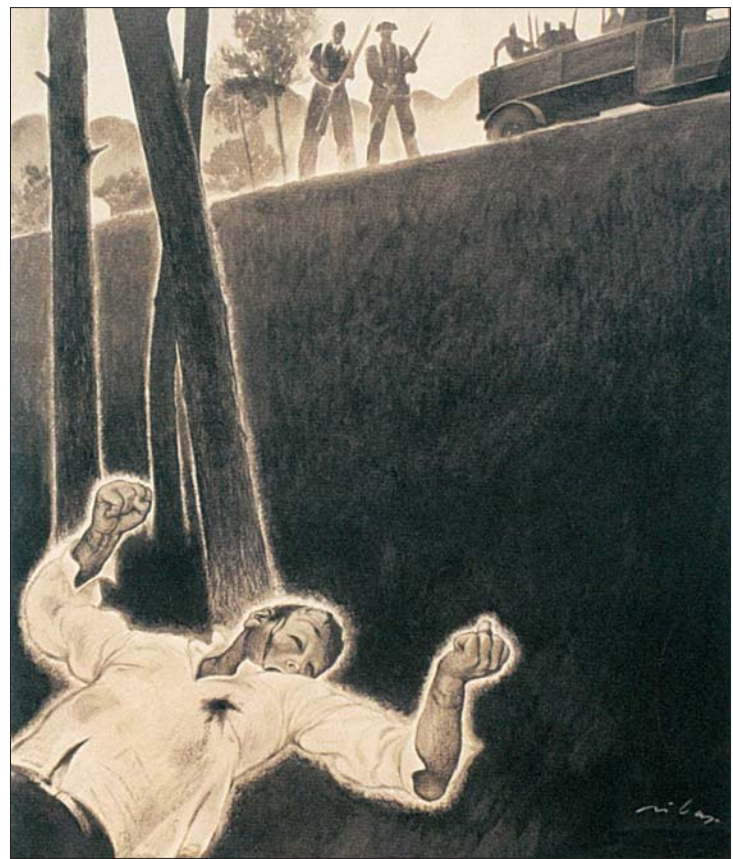
Perante esta ofensiva ideológica do fascismo, a imensa maioria da esquerda age cumha passividade temerária. Porém, nom podemos calar, nem olhar para outro lado. Nom podemos ficar à margem, é necessário fazermos frente a tanta ignominia, a tanta infâmia, a tanta intoxicaçom.

É tarefa e responsabilidade da esquerda independentista e do conjunto da esquerda soberanista, basicamente da corrente marxista revolucionária, recuperar na sua justa medida o que estava a acontecer na Galiza dos anos trinta, as causas do levantamento militar, as razoms do fracasso da resisténcia, dar a conhecer, com nomes e apelidos, os responsáveis de ter convertido o nosso país num laboratório de repressom e do terror indiscriminado.

Embora desde os anos oitenta do século



José Castro Veiga "O Piloto"



passado o nacionalismo institucional tenha dado atençom à recuperaçom parcial da etapa mais importante da nossa história contemporânea, sem a quel hoje nom poderíamos compreender na sua justa medida o presente, estas iniciativas tenham-se caracterizado maioritariamente por serem sesgadas, ao sobrevalorizarem o galeguismo e infradimensionar as correntes da esquerda proletária e anticapitalista.

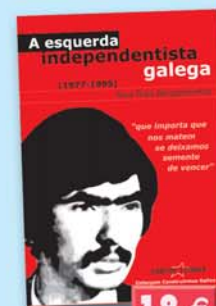
Cumpra, pois, resgatar o ronsel de organizaçoms, iniciativas, factos históricos, processos de luta, batalhas políticas e sindicais, reivindicaçoms, episódios combativos, mas também as figuras mais relevantes da Galiza dos anos trinta, da resisténcia ao fascismo, da guerrilha, do exílio, nas suas diversas expressoms.

A recuperaçom da memória histórica anti-

fascista nom é para legitimar o presente. A actual monarquia espanhola é a pedra angular do continuísmo franquista, da sobrevivéncia dos privilégios e opressoms do capitalismo, de que Franco só foi seu fiel guardiám. Há que recuperar o nosso passado colectivo para entendermos o presente, para intervirmos no presente, nom para voltarmos a reproduzir falsas saídas em nome de hipócritas reconciliaçoms.

É necessário realizar un acto nacional de desagravo, de profunda natureza popular, a tod@s @s que padecêrom o fascismo, honrar a memória d@s torturad@s, fusilad@s, exilad@s, d@s que perdêrom quase todo, inclusive a sua vida, por defenderem essa Galiza pola qual setenta anos depois nós continuamos a lutar.

## ABRENTE EDITORA



18 €



6 €



6 €



4 €



20 €



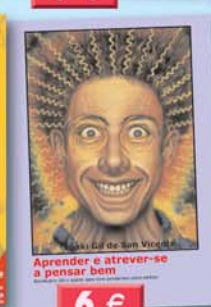
18 €



18 €



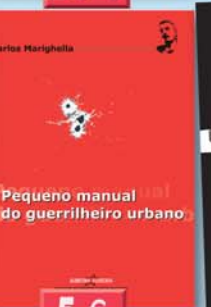
6 €



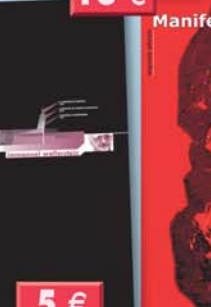
4 €



5 €



5 €



15 €

FICHA DE SOLICITUDE	
nome e apelidos	
endereço	
localidade	código postal
correio electrónico	telefone
publicaçom solicitada	



18 €